

2016

Relatório Anual



CAVA

Caixa "Vicente de Araújo"
do Grupo Mercantil do Brasil - CAVA

Índice

Entenda seu Relatório Anual de Informações	04
Demonstrações Contábeis	07
Notas Explicativas	13
Parecer dos Auditores Independentes	35
Parecer Atuarial	39
Ata do Conselho Deliberativo	42
Ata do Conselho Fiscal	43
Gestão de Investimentos	45
Gestão Administrativa	52
Gestão Previdencial	53

APRESENTAÇÃO

Prezados(as) participantes e Assistidos,

É com satisfação que levamos até você o Relatório Anual de Informações de 2016 – RAI, do Plano de Benefícios Previdenciário CAVA.

Todo o conteúdo que você encontrará neste relatório reforça nosso compromisso de construir uma Entidade baseada nas melhores práticas de gestão, com transparência e ética, buscando a perenidade do Plano de Benefícios Previdenciário administrado pela CAVA.

Relacionamos neste RAI-2016 os resultados alcançados no período pelo CAVA, que poderão ser verificados através dos seguintes documentos:

- Demonstrações Contábeis
- Relatório dos Auditores Independentes
- Demonstrativos de Investimentos
- Demonstrativos de Despesas Administrativas
- Parecer Atuarial demonstrando a situação sob a ótica atuarial do Plano

Este relatório foi elaborado para você, boa leitura.

A Diretoria

Entenda seu Relatório Anual de Informações

O Relatório Anual de Informações é composto por diversas informações, exigidas por lei, que visam possibilitar aos participantes e assistidos acompanhar o que acontece com sua Entidade e as principais decisões que vêm marcando a gestão.

As explicações abaixo foram desenvolvidas para ajudá-lo a compreender melhor o conteúdo e a função de cada uma das principais partes que constituem este material.

Demonstrações Contábeis

É o conjunto de informações que deve ser obrigatoriamente divulgado, anualmente, pela administração e representa a sua prestação de contas para os órgãos de fiscalização, os participantes, assistidos e as empresas patrocinadoras.

As demonstrações devem ser enviadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, até o dia 31 de março do ano subsequente ao encerramento do exercício. Elas são compostas pelos seguintes itens:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada ou por Plano de Benefícios Previdencial (facultativo);
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Previdencial;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Previdencial;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício Previdencial;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas;
- Parecer dos Auditores Independentes;
- Parecer do Atuário, relativo a cada Plano de Benefícios Previdencial;
- Parecer do Conselho Fiscal; e
- Manifestação do Conselho Deliberativo com aprovação das Demonstrações Contábeis.

Entenda seu Relatório Anual de Informações

O Balanço Patrimonial apresenta a posição patrimonial no dia 31 de dezembro, sempre comparando ao ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação de recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem de recursos).

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada apresenta as adições e deduções de recursos evidenciando o acréscimo ou decréscimo no Patrimônio Social da Entidade

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada ou por Plano de Benefícios Previdencial explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterac es do fundo administrativo, e discrimina as receitas administrativas do exercício, despesas administrativas, segregadas por administrações previdencial, de investimentos, e outras do exercício, resultado negativo dos investimentos, sobras ou insuficiência da gestão administrativa e constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício.

A Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Previdencial apresenta o fluxo financeiro das Adições e Destinações e Acréscimos/Decréscimo no Ativo Líquido

A Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Previdencial destina-se   evidenciac o das alterac es do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefício

Previdencial tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterac es ocorridas nas Provisões Técnicas que representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

As Notas Explicativas começam com uma descrição da Entidade, identificando sua criação e evolução, quantidade e tipos de planos de benefícios. Após essa introdução, as Notas resumem as principais práticas contábeis utilizadas pela entidade, descrevendo os critérios adotados na apropriação das entradas (recursos coletados, receitas e rendas) e saídas (recursos utilizados, despesas e deduções), bem como na avaliação dos elementos patrimoniais, contemplando também qualquer fato relevante que afete as demonstrações contábeis da Entidade.

O Parecer dos Auditores Independentes é um documento no qual os auditores expressam sua opinião de forma clara e objetiva sobre as Demonstrações Contábeis quanto ao adequado atendimento, ou não, de todos os aspectos relevantes.

O Parecer do Atuário Independente é o documento que determina o valor do passivo atuarial e o plano de custeio necessário para honrar os pagamentos dos benefícios estabelecidos pelo regulamento do Plano.

Entenda seu Relatório Anual de Informações

O Parecer do Conselho Fiscal é uma declaração assinada pelos membros do Conselho Fiscal, indicando que eles fiscalizaram os atos dos administradores e verificaram o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Eles representam também sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras do ano, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias.

A Manifestação do Conselho Deliberativo demonstra que seus membros estão cientes das Demonstrações apresentadas e aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar nesse parecer informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação.

Demonstrativo de Investimentos

No Demonstrativo de Investimentos é apresentado o total dos investimentos da Entidade, assim como os valores por segmento de aplicação (em reais e em percentuais em relação aos recursos garantidores).

Lista todas as aplicações da carteira, especificando os valores investidos para cada ativo, o montante dos investimentos com gestão terceirizada (em reais e em percentual relativo ao total dos investimentos) e a rentabilidade por segmento. Todos os números são comparados com a taxa mínima atuarial e os índices de referência estabelecidos na Política de Investimentos.

Obs. O Plano de Gestão Administrativa – PGA não possui recursos aplicados.

Resumo da Política de Investimentos

A Política de Investimentos, elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, determina a melhor prática de gestão dos investimentos dos Planos, possibilitando, assim, a preservação dos ativos e a obtenção de retornos mais altos para benefício dos participantes e assistidos da Entidade.

Nela, são estabelecidos os limites de alocação de investimentos em ativos financeiros (renda fixa e renda variável), determinados a partir das características da população de participantes e assistidos do Plano. Para tanto, são analisados o índice de solvência do Plano (com base na avaliação atuarial), as expectativas de retorno e volatilidades dos investimentos nos segmentos de aplicação e a melhor relação risco e retorno dos investimentos.

A estratégia de longo prazo é responsabilidade do Conselho Deliberativo e deve ser revista anualmente ou sempre que houver mudanças conjunturais significativas. A estratégia de investimentos de curto prazo é determinada pelos gestores de recursos dentro dos limites estabelecidos pelo contrato de gestão ou pelo regulamento do respectivo fundo e sempre de acordo com a Política de Investimentos.

Outras Informações

Completando as informações disponibilizamos as informações segregadas sobre as despesas administrativas do Plano de Benefícios.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Disponível (nota 4)	294	321	Exigível Operacional (nota 9)	189	165
			Gestão Previdencial	10	10
			Gestão Administrativa	179	155
Realizável	32.051	34.732	Exigível Contingencial (nota 10)	13.866	12.314
Gestão Previdencial (nota 5)	25.582	23.261	Gestão Previdencial	13.866	12.311
Gestão Administrativa (nota 6)	101	100	Gestão Administrativa	-	3
Investimentos (nota 7)	6.368	11.371	Patrimônio Social	18.313	22.604
Títulos Públicos	1.526	2.310	Patrimônio de Cobertura do Plano	18.283	22.574
Créditos Privados e Depósitos	-	3.577	Provisões Matemáticas (nota 11)	23.688	26.215
Ações	1.444	1.623	Benefícios Concedidos	32.634	30.861
Fundo de Investimentos	438	841	Benefícios a Conceder	367	5.968
Investimentos Imobiliários	2.960	3.020	Provisão Matemática a Constituir	(9.313)	(10.614)
	23	30	Equilíbrio Técnico (nota 12)	(5.405)	(3.641)
Permanente (Nota 8)			Resultados Realizados	(5.405)	(3.641)
Imobilizado	15	17	Déficit Técnico Acumulado	(5.405)	(3.641)
Intangível	1	2	Fundos	30	30
Diferido	7	11	Fundos Administrativos	30	30
Total do ativo	32.368	35.083	Total do passivo	32.368	35.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2016	2015	Variacão %
A. Patrimônio Social - In�cio do Exercício	22.604	24.316	-7,04%
1. Adi�es	4.178	6.786	-38,43%
(+) Contribui�es	1.920	905	112,15%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	1.592	-100,00%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	134	2.379	-94,37%
(+) Receitas Administrativas	2.124	1.910	11,20%
2. Destina�es	(8.469)	(8.501)	-0,38%
(-) Benefícios	(4.444)	(3.886)	14,36%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos	(211)	(262)	-19,47%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(1.690)	(2.443)	-30,82%
(-) Despesas Administrativas	(2.124)	(1.910)	11,20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social Consolidado (1+2)	(4.291)	(1.712)	150,64%
(+/-) Provisões Matemáticas	(2.527)	(8.685)	-70,90%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(1.764)	6.973	125,30%
4. Opera�es Transitórias			
(+/-) Opera�es Transitórias	-	-	-
B. Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	18.313	22.604	-18,98%

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano CAVA - CNPB 19800001138
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2016	2015	Variação %
A. Fundo Administrativo do Exercício Anterior	30	30	0,00%
1. Custeio da Gestão Administrativa (nota 13)	2.124	1.910	11,20%
1.1 Receitas	2.124	1.910	11,20%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.383	1.451	-4,69%
Custeio Administrativo dos Investimentos	702	419	67,54%
Outras Receitas	39	40	-2,50%
2. Despesas Administrativas (nota 13)	(2.124)	(1.910)	11,20%
2.1. Administração Previdencial	(1.857)	(1.653)	12,34%
2.1.2. Despesas Específicas	(1.857)	(1.653)	12,34%
Pessoal e Encargos	(681)	(611)	11,46%
Treinamentos/Congresso e Seminários	(8)	(7)	14,29%
Viagens e Estadias	(7)	(15)	-53,33%
Serviços de Terceiros	(806)	(709)	13,68%
Despesas Gerais	(156)	(80)	95,00%
Depreciações e Amortizações	(8)	(8)	0,00%
Tributos	(132)	(130)	1,54%
Outras Despesas	(59)	(93)	-36,56%
2.2. Administração dos Investimentos	(267)	(255)	4,71%
Pessoal e Encargos	(130)	(116)	12,07%
Treinamentos/Congresso e Seminários	(2)	(2)	0,00%
Viagens e Estadias	(1)	(3)	-66,67%
Serviços de Terceiros	(73)	(65)	12,31%
Despesas Gerais	(36)	(33)	9,09%
Tributos	(25)	(36)	-30,56%
2.4. Outras Despesas	-	(2)	-100,00%
INSS Cooperativas	-	(2)	-100,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-	-	
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	-	-	
B. Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	30	30	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido - Plano CAVA - CNPB 19800001138

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015	Variação %
1. Ativos	32.189	34.925	-7,83%
Disponível (nota 4)	208	261	-20,31%
Recebível	287	287	0,00%
Investimentos (nota 7)	31.694	11.371	178,73%
Título Público	1.526	2.310	-33,94%
Créditos Privados e Depósitos	-	3.577	-100,00%
Ações	1.444	1.623	-11,03%
Investimentos Imobiliários	2.960	3.020	-1,99%
Fundo Investimentos	438	841	-47,92%
Depósitos Judiciais/Recursais (nota 5)	25.326	23.006	10,08%
2. Obrigações	13.876	12.321	12,62%
Operacional (nota 9)	10	10	0,00%
Contingencial (nota 10)	13.866	12.311	12,63%
3. Fundos não Previdenciais	30	30	0,00%
Fundos Administrativos	30	30	0,00%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	18.283	22.574	-19,01%
Provisões Matemáticas (nota 11)	23.688	26.215	-9,64%
Superávit/Déficit Técnico (nota 12)	(5.405)	(3.641)	48,45%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano CAVA - CNPB 19800001138
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		2016	2015	Varia�o %
A. Ativo Líquido - In�cio do Exercício		22.574	24.286	-7,05%
1. Adi�es		4.222 - -	6.327	-33,27%
(+)	Contribui�es (+)	3.303	2.356	40,20%
	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial (+)	785	1.592	-50,69%
	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial (+)	134	2.379	-94,37%
2. Destina�es		(8.513) -	(8.039)	5,90%
	Benefícios (-)	(4.444)	(3.885)	14,39%
	Resultado Negativo dos Investimentos-Gestão Prev (-)	(996)	(260)	283,08%
	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial (-)	(1.690)	(2.443)	-30,82%
	Custeio Administrativo (-)	(1.383)	(1.451)	-4,69%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		(4.291)	(1.712)	150,64%
(+/-)	Provisões Matemáticas (+/-)	(2.527)	(8.685)	-70,90%
	Déficit Técnico do Exercício (+/-)	(1.764)	6.973	-125,30%
4. Opera�es Transitórias				
(+/-)	Opera�es Transitórias (+/-)	-	-	-
B. Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)		18.283	22.574	-19,01%
C. Fundos não Previdenciais		30	30	0,00%
(+)	Fundos Administrativos (+)	30	30	0,00%

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CAVA - CNPB 19800001138

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	32.159	34.895	-7,84%
1. Provisões Matemáticas (nota 11)	23.688	26.215	-9,64%
1.1. Benefícios Concedidos	32.634	30.861	5,75%
Benefício Definido	32.634	30.861	5,75%
1.2. Benefícios a Conceder	367	5.968	-93,85%
Benefício Definido	367	5.968	-93,85%
1.3. Provisões Matemáticas a Constituir	(9.313)	(10.614)	-100,00%
(-) Déficit Equacionado	(9.313)	(10.614)	-100,00%
2. Equilíbrio Técnico (nota 12)	(5.405)	(3.641)	48,45%
2.1. Resultados Realizados	(5.405)	(3.641)	48,45%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(5.405)	(3.641)	48,45%
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional (nota 9)	10	10	0,00%
4.1. Gestão Previdencial	10	10	0,00%
5. Exigível Contingencial (nota 10)	13.866	12.311	12,63%
5.1. Gestão Previdencial	13.866	12.311	12,63%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil – CAVA (“CAVA” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, patrocinada pelo Banco Mercantil do Brasil e pelas sociedades por ele controladas ou suas coligadas, que subscreveram o convênio de adesão, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958 sob a forma de associação dos funcionários, sem qualquer vinculação com as empresas Mercantil do Brasil, passando a ser, desde 1980, com o advento da Lei n. 6.435/76, Entidade Patrocinada e autorizada a funcionar pela Portaria nº. 2.173, de 25 de junho de 1980, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, por prazo indeterminado.

Os objetivos principais são: a concessão de auxílios previdenciários “Auxílio-Aposentadoria” e benefícios assistenciais aos associados e seus dependentes legais, conforme estatuto vigente.

A CAVA não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de renda, a título de lucro ou participação nos resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede, situada no município de Belo Horizonte - MG e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 15 de março de 2017.



Notas Explicativas

2. Planos de benefícios e Obrigações dos Patrocinadores

O Plano de Benefícios administrado pela CAVA é único e pertence à modalidade de “Benefício Definido”, abrangendo o benefício de suplementação de aposentadoria para aos participantes admitidos até 25 de junho de 1980 (massa fechada) e os demais benefícios a todos os Participantes do Plano. Os níveis básicos dos benefícios, bem com suas respectivas elegibilidades estão previstos no Regulamento do Plano aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O plano de custeio é calculado anualmente pelo Atuário externo independente, Melo e Soares Actualis Consultoria Atuarial e é custeado através das contribuições mensais das Patrocinadoras, em percentual não inferior a 30% do custo total, das contribuições mensais dos Participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações dos recursos garantidores do plano de benefícios que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

As contribuições têm como base o salário de contribuição dos participantes do plano e são cobradas a título de “Cava Aux. Aposentadoria” e “Cava Mensalidade” dos participantes que ingressaram no plano de benefícios antes de 25 de junho de 1980, para fazer face ao benefício de suplementação de aposentadoria e aos Auxílios previstos no regulamento do plano. Para os participantes que ingressaram ao plano de benefícios após 25 de junho de 1980 as contribuições cobradas a título de “Cava Mensalidade” são para fazer face

tão e somente aos Auxílios previstos no regulamento do plano. Já o pecúlio é cobrado de todos os participantes do Plano de benefícios, “Cava Pecúlio”.

Atualmente, o Plano conta com o seguinte número de participantes:

	2016	2015
Ativos com direito auxílios	1.076	1.316
Ativos com direito aposentadoria (1)	28	336
Assistidos	578	582

(1) Após revisão dos direitos de participantes que tiveram o término do vínculo empregatício com os Patrocinadores antes de 2003 e não manifestaram sobre o Plano de Benefícios CAVA, o Conselho Deliberativo da CAVA autorizou a Diretoria Executiva a realizar consulta jurídica a respeito do tema, sendo que conforme Parecer Jurídico emitido pela JCMB Advogados Associados, foi aprovado a reversão dos valores das provisões matemáticas cujo montante totalizou R\$ 5.594, conseqüentemente ocorreu uma redução substancial no número de ativos com direito aposentadoria em 2016.

Notas Explicativas

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da CAVA são os seguintes:

- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
- Suplementação de Aposentadoria por Idade
- Suplementação de Aposentadoria Especial
- Pecúlio por Morte
- Auxílio Natalidade
- Auxílio Educacional
- Auxílio Doença
- Auxílio Funeral

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos no regulamento do plano de benefícios.

Nome do Plano	Plano Cava
CNPB	19.800.011-38
Modalidade	Benefício Definido (BD)
Situação	Em extinção (Fechado anovos entrados desde 25 de junho de 1980)
Patrocínio	Multipatrocinado

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis e principais Práticas Contábeis

3.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.



Notas Explicativas

Os modelos dos demonstrativos contábeis elaborados pela Entidade, conforme requerido pelo CNPC, são os seguintes:

I. Balanço Patrimonial

Tem como finalidade evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social do plano de benefícios previdenciários administrado pela Entidade ao final de cada exercício.

II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Este demonstrativo foi instituído para substituir a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar as modificações sofridas no Patrimônio Social do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

III. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Tem como finalidade evidenciar a atividade administrativa da Entidade evidenciando as altera es do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

IV. Demonstração do Ativo Líquido

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

V. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Este demonstrativo tem por finalidade demonstrar as muta es sofridas pelo Ativo Líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício Previdencial

Tem como finalidade evidenciar as altera es ocorridas nas Provisões Técnicas que representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

3.2 Principais Práticas Contábeis

A estrutura contábil está segregada em 3 (três) tipos de Gestão (Previdencial, Administrativa e de Investimento), compondo um conjunto de informa es que correspondem aos processos de administra o da Entidade, quais sejam:

(a) **Gestão Previdencial** –   a rubrica na qual são realizados os registros dos eventos contábeis diretamente relacionados ao plano de benefícios previdenciários, previstos em seu regulamento, tais como, as contribui es do plano, os benefícios concedidos e outros eventos diretamente relacionados ao plano previdenciário, tais como os valores das provisões matemáticas, fundos previdenciários e o equilíbrio técnico (resultado do plano), como segue:

Notas Explicativas

Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade da Melo e Soares Actualis Consultoria Atuarial, empresa de atuária independente contratada pela Entidade, e correspondem aos compromissos futuros no encerramento do exercício, assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

- **Benefícios Concedidos** – correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.

- **Benefícios a Conceder** – registra o valor presente dos saldos dos beneficiários a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios.

Provisão Matemáticas a constituir

Representa o valor atual das Contribuições Extraordinárias futuras a serem vertidas ao Plano CAVA utilizadas no equacionamento de déficit técnico acumulado no exercício de 2014, sendo estas contribuições pagas exclusivamente pelo Patrocinador-Líder, Banco Mercantil do Brasil S/A.

Fundos Previdenciais

Representam um montante de recursos previdenciários destinados à cobertura de eventos excepcionais ou de risco do plano previdenciário, calculada atuarialmente pelo atuário responsável pelo plano.

Equilíbrio Técnico

Representa o resultado do plano de benefícios correspondente ao excedente de cobertura patrimonial (superávit) ou a insuficiência de cobertura patrimonial (déficit), acumulando-se com o resultado alcançado pelo plano durante o exercício financeiro. O resultado superavitário deverá ser contabilizado em reserva de contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas do plano, sendo que o excedente deverá ser contabilizado em reserva para revisão do plano. Quanto ao déficit Técnico, conforme dispõe a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, valores contabilizados por três anos consecutivos ou valores registrados superiores a 10% das provisões matemáticas deverá ser equacionado de imediato.

Conforme Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a partir do exercício de 2015 o déficit deverá ser equacionado se o valor contabilizado for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de déficit técnico acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{provisão matemática}$.

Notas Explicativas

(b) **Gestão Administrativa** – é a rubrica na qual são realizados os registros dos eventos contábeis diretamente relacionados ao plano de gestão administrativa (PGA), previstos em seu regulamento, tais como: receitas e despesas administrativas do plano e da Entidade, ativo permanente e o fundo administrativo, além de outros eventos diretamente relacionados ao PGA. Ao final de cada mês registra-se a participação do plano de benefícios previdenciário no fundo administrativo do PGA. O fundo administrativo é composto do fundo de garantia do ativo permanente e o fundo disponível, correspondente ao superávit do PGA, sendo que este último pode ser utilizado na cobertura das despesas administrativas. As receitas administrativas são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio administrativo vigente.

O ativo permanente é registrado pelo custo de aquisição deduzindo-se mensalmente as depreciações do imobilizado e as amortizações do diferido e do intangível, conforme vida útil definida para os bens.

Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidos das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências

administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

Custeio Administrativo

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A Resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da CAVA, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, onde além de outras regras, estabelece as fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas.

Notas Explicativas

(c) **Gestão dos Investimentos** – é o ambiente contábil onde são registrados o gerenciamento das aplicações no mercado financeiro e de capitais, operações com participantes e investimentos imobiliários. O registro contábil é efetuado de forma segregada para cada plano de benefícios (gestão previdencial) e para o PGA (gestão administrativa), para esse último não se aplica registros das operações com participantes.

Conforme estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, as carteiras de títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos seguintes critérios de classificação e avaliação contábeis:

As principais práticas contábeis aplicadas para títulos e valores mobiliários são as seguintes:

Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo de vencimento, os quais são avaliados, na ocasião dos balancetes mensais, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício; e

Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos que a Entidade tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento, bem como classificados como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco em funcionamento no País. Os referidos títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos mensalmente dos rendimentos e variações monetárias auferidos em base “pro rata temporis”, de acordo com as cláusulas de remuneração, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

(i) **Títulos públicos**

Os títulos públicos são registrados pelo valor de aquisição e corrigidos diariamente de acordo com os critérios apresentados anteriormente. Os títulos classificados na categoria “Títulos para negociação” são registrados de acordo com os valores divulgados diariamente pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(ii) **Créditos privados e depósitos**

Os títulos e valores mobiliários de emissão de Instituições Financeiras, Empresas de Capital Aberto e Organismos Multilaterais, tais como: Certificados de Depósitos Bancários, Debêntures e Notas Promissórias são registrados ao valor de mercado, divulgados pela instituição ANBIMA ou obedecendo as características de valorização divulgadas no instrumento de escrituração do título. Os rendimentos diários e periódicos são auferidos a valor de mercado, computando a valorização e a desvalorização decorrente de tal ajuste no resultado do exercício em que foram apuradas.

(iii) **Ações**

As ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas

(iv) Fundo de Investimentos

As aplicações em Fundos de Investimento são registradas pelo valor efetivamente pago, cuja valorização inicial é obtida a partir da divisão do valor aplicado pela fração ideal denominada cota, resultando na posição de cotas detida, a qual é registrada junto a Instituição Administradora / Custodiante, qualificada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na CETIP S.A..

A valorização da aplicação é realizada diariamente multiplicando o montante de cotas investido pelo valor da cota atualizado, divulgado na ANBIMA, CVM e periódicos, conforme a característica de cada fundo. A valorização e desvalorização resultante são apropriadas diariamente nas rubricas contábeis de resultado (Rendas/Deduções).

Os investimentos foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e estão classificados como títulos para negociação. Estes títulos e valores mobiliários estão avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado, em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, com exceção dos certificados de depósitos bancários que estão marcados pela curva do papel.

(v) Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas, sendo as últimas ocorridas nos exercícios de 2013 e 2015 e deduzidas da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação. Receitas de aluguel e despesas de depreciação são demonstradas no

resultado dos investimentos.

3.2.1 Regime Contábil

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, excetuando-se as adições decorrentes de recebimento de contribuições de auto patrocinados que podem ser registradas quando do seu efetivo recebimento.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2.2 Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores que refletem a posição em 31 de dezembro de 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas referem-se às provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e às contingências cujas probabilidades de êxito são informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

Notas Explicativas

3.2.3 Exigível Operacional e Contingencial

Exigível Operacional

Gestão Previdencial - Registra as obrigações decorrentes das operações do Plano de Benefícios Previdencial.

Gestão Administrativa - Registra as obrigações decorrentes das operações inerentes à administração do Plano de Benefícios Previdencial.

Exigível Contingencial

Registra os valores contingenciais referentes às Gestões Previdencial, Administrativa e de Investimentos, que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

4 Disponível

Os saldos abaixo representam os recursos financeiros da Entidade depositados nas contas correntes bancárias de titularidade da CAVA.

	2016	2015
Disponível		
Plano de Benefícios	208	261
PGA	86	60
Total	<u>294</u>	<u>321</u>

5 Realizável da Gestão Previdencial

O saldo está composto da seguinte forma:

	2016	2015
Realizável Previdencial		
Depósitos Judiciais/ Recursais (1)	25.326	23.006
Valores Bloqueados(2)	252	251
Reembolsos(3)	4	4
Total	<u>25.582</u>	<u>23.261</u>

(1) Depósitos Judiciais/Recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais/recursais de processos judiciais.

(2) Depósitos Bloqueados

Valores bloqueados por ordem judicial para garantir em juízo processos judiciais.

(3) Reembolsos

Pagamento de depósito referente a processo judicial efetuado em duplicidade.

Notas Explicativas

6 Realizável da Gestão Administrativa - PGA

O Realizável Administrativo está composto com os valores apresentados abaixo:

	2016	2015
Realizável administrativo		
Despesas Pagas Antecipadamente	101	100
Total	101	100

7 Realizável da Gestão de Investimentos

Os Recursos Garantidores do Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, os Fundos e Provisões foram aplicados de acordo com a Política de Investimentos que definiu as diretrizes, macro-alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos para o exercício de 2016. No âmbito desta política de investimentos, os riscos são agrupados em risco de mercado e risco de crédito. O risco de crédito é monitorado através das mais conceituadas agências classificadoras de rating, enquanto o risco de mercado é feito com base nos limites de Value at Risk ("VaR") estabelecidos nas diretrizes de investimento.

Em consonância com as recomendações da Resolução CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, passou-se a monitorar os riscos não-financeiros.

Os dos Investimentos são compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentados a seguir:

	2016	2015
Títulos Públicos	1.526	2.310
Títulos Públicos Federais	1.526	2.310
Créditos Privados e Depósitos	-	3.577
Instituições Financeiras	-	3.577
Ações	1.444	1.623
Companhias Abertas	1.444	1.623
Fundos de Investimentos	438	841
Ações	438	381
Multimercado	-	460
Investimentos imobiliários	2.960	3.020
Imóveis Aluguéis e Renda- uso próprio	2.297	2.341
Locadas a Terceiros	663	679
Total	6.368	11.371

Notas Explicativas

Os títulos públicos e créditos privados e depósitos estão classificados, em sua integralidade, como “títulos para negociação”.

7.1 Títulos Públicos

	Vencimento	2016		2015	
		Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Títulos Públicos Federais		1.526	1.526	2.310	2.310
Letras Financeiras do Tesouro(2366597)	01/03/2018	-	-	111	111
Letras Financeiras do Tesouro(2597539)	01/03/2018	-	-	244	244
Letras Financeiras do Tesouro(2591537)	01/03/2018	-	-	600	600
Letras Financeiras do Tesouro(2558725)	01/03/2018	-	-	333	333
Letras Financeiras do Tesouro(2549136)	01/03/2018	-	-	207	207
Letras Financeiras do Tesouro(2514061)	01/03/2018	169	169	215	215
Letras Financeiras do Tesouro(2481452)	01/03/2018	51	51	289	289
Letras Financeiras do Tesouro(2453760)	01/03/2018	-	-	311	311
Letras Financeiras do Tesouro(2681334)	01/03/2018	76	76	-	-
Letras Financeiras do Tesouro(2681338)	01/03/2018	127	127	-	-
Letras Financeiras do Tesouro(2681350)	01/03/2018	118	118	-	-
Letras Financeiras do Tesouro(2683716)	01/03/2018	185	185	-	-
Letras Financeiras do Tesouro(2628222)	01/03/2018	800	800	-	-

7.2 Créditos Privados e Depósitos

	Vencimento	2016		2015	
		Valor contábil	Valor a Mercado	Valor contábil	Valor a Mercado
Créditos privados e Depósitos		-	-	3.577	3.577
Instituições Financeiras		-	-	3.577	3.577
Certificados de Depósitos Bancários – CDB		-	-	3.577	3.577
Banco BMG	05/01/2016	-	-	1.024	1.024
Paraná Banco	14/01/2016	-	-	1.030	1.030
Paraná Banco	24/02/2016	-	-	608	608
Banco Intermedium	16/03/2016	-	-	229	229
Banco Industrial	17/03/2016	-	-	229	229
Banco Fator	05/04/2016	-	-	228	228
Banco Brickell	22/03/2016	-	-	229	229

7.3 Ações

Os investimentos em ações são demonstrados pelo valor de mercado com base na cotação média das ações no último pregão do ano na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

	2016	2015
Ações		
Companhias Abertas	1.444	1.622
Banco Mercantil do Brasil – ON	1.010	1.360
Banco Mercantil do Brasil – PN	126	126
Petrobrás – PN	237	107
Usiminas – PNA	24	9
Vale – PNA	47	20

Notas Explicativas

De acordo com a legislação vigente as aplicações em ações dos patrocinadores devem observar o limite de 10% (dez por cento) em relação a cada plano de benefícios.

Em virtude de valorização do preço das ações do Patrocinador – Banco Mercantil do Brasil S/A em 31 de dezembro de 2015 houve um desenquadramento passivo por emissor – patrocinador de plano de benefícios.

Por se tratar de um desenquadramento passivo gerado por valorização de preço das ações do Patrocinador – Banco Mercantil do Brasil S/A, o referido desenquadramento não é considerado infringência aos limites estabelecidos pela Resolução CMN 3.792/2009, na qual estabelece ainda o prazo de 720 dias para eliminação dos excessos.

Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos continuaram desenquadrado, contudo a Entidade ainda está dentro do prazo para se enquadrar.

7.4 Fundos de Investimentos

	<u>Emissor</u>	<u>Qtde</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundo de Investimento			438	841
Multimercado – FIM	DLM HEDGE	319.019	-	460
Ações- FIA	DLM BRASIL	289.261	438	381

7.5 Investimentos Imobiliários

	<u>Data reavaliação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Investimentos imobiliários		2.960	3.020
Imóveis Aluguéis e Renda - uso próprio		2.297	2.341
11º Rua Espírito Santo, 616- Centro – Belo Horizonte. – MG	06/07/2015	2.297	2.341
Imóveis Aluguéis e Renda – locadas a Terceiros		663	679
Unidade 106 – Recanto da Lagoa- Lagoa Santa- MG	07/07/2015	271	277
Unidade 204 – Recanto da Lagoa- Lagoa Santa- MG	07/07/2015	392	402

A Entidade optou pela realização da reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano, realizando a contabilização da depreciação mensalmente, conforme Instrução MPS/PREVIC nº 21 de 23 de março de 2015. A última reavaliação se deu em 06 e 07 de julho de 2015 através da empresa Vaz de Mello Consultoria em Avaliações e Perícias, tendo como Engenheiro Responsável Eduardo T. P. Vaz de Mello – CREA-MG34.859/D.

A vida útil total do imóvel situado à Rua Espírito Santo, 616, 11º andar, foi estimada em 80 anos com vida útil remanescente de 40 anos e dos imóveis situados em Lagoa Santa com vida útil total de 50 anos e vida útil remanescente de 48 anos.

Notas Explicativas

Os Investimentos Imobiliários representavam 44,42% (25,96% em 31 de dezembro de 2015) do total dos recursos do plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016. Tendo em vista o limite legal ser de 8%, ficou caracterizado o desenquadramento passivo nos termos do § 2º do art. 52 da Resolução CMN nº 3.792/09. A CAVA formalizou junto ao Escritório Regional Minas Gerais da Previc – ERMG-PREVIC, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, inerente ao Segmento Imobiliário, especificamente quanto aos percentuais e prazo previstos para o desenquadramento passivo, conforme dispõe a Instrução Previc nº 03, de 29 de junho de 2010.

8 Permanente

Em conformidade com o plano de contas padrão apresentado no anexo “B” da Resolução CNPC nº 08/2011, a CAVA manteve em suas demonstrações contábeis o item Ativo Permanente. O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa – PGA, segregado em Imobilizado Intangível e Diferido.

O quadro a seguir apresenta a abertura dos saldos dos itens constantes no imobilizado e diferido em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Imobilizado	2016	2015
Móveis e Utensílios	2	2
Máquinas e Equipamentos	3	3
Computadores e Periféricos	11	12
	15	17
Intangível		
Software	1	2
Diferido		
Software	7	11
Total	23	30

Os itens que compõem o Imobilizado e Diferido são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota anual
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Software	20%

Notas Explicativas

9 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A composição das contas que compõem o Exigível Operacional está assim discriminada:

Gestão previdencial	2016	2015
Retenções a Recolher (1)	10	10
Total	10	10

(1) Retenções a Recolher

Representam os recursos arrecadados em folha de pagamento das patrocinadoras a título de pecúlio por morte a serem pagos a terceiros.

Gestão administrativa	2016	2015
Provisões (férias) (1)	89	81
Fornecedores (2)	45	37
Tributos a recolher (3)	13	9
Retenções a recolher (4)	32	28
Total	179	155

(1) Provisões (férias)

Representam as provisões para pagamento de férias dos funcionários.

(2) Fornecedores

Representam os valores a serem pagos a diversos fornecedores e prestadores de serviços.

(3) Tributos a recolher

Representam as retenções sobre PIS e COFINS.

(4) Retenções a Recolher

Representam os encargos sociais a recolher sobre folha de pagamento dos funcionários da Entidade.

Notas Explicativas

10 Exigível Contingencial

Gestão Previdencial

Os processos judiciais de natureza previdenciária são relativos a questionamentos quanto à interpretação de regras relacionadas ao Plano de Benefício – Plano CAVA ao qual os participantes estão ou estavam vinculados. Essas questões têm, em sua totalidade, vinculação a fatos ocorridos no curso do já extinto contrato de trabalho e como é comum nesses processos, a apuração de valores dependerá de liquidação judicial que será realizada após a definição do mérito pelo foro competente, quando o processo de liquidação de sentença, esgotado todas as discussões e recursos possíveis.

Com base em informações dos assessores jurídicos da Entidade, durante o exercício de 2016 e, principalmente, com o amparo no estudo elaborado por empresa especializada, LP Peritos Associados, estudo este que leva em consideração a apuração dos valores individualmente, por processos já julgados, bem como a posição histórica da carteira, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

Contingência Previdencial	2015	Constituições	Reversões	2016
Processos de revisão de benefício	11.995	1.629	(135)	13.489
Outros Processos	316	61	-	377
Total	12.311	1.690	(135)	13.866

Devido ao crescimento observado a partir do final de 2007 na quantidade ações judiciais ajuizadas por assistidos contra a Entidade e seus patrocinadores, a CAVA referendou por meio da reunião do seu Conselho Deliberativo, realizada em 14 de janeiro de 2008, que seu patrocinador líder contratasse escritórios de advocacia objetivando preservar os interesses da Entidade e de seus patrocinadores.

Dentro da estratégia definida pelos seus patrocinadores, a Entidade ficou responsável pelo pagamento a estes escritórios os quais foram reconhecidos como despesa administrativa e transferidos a gestão previdencial.

Ficou decidido ainda na reunião supra mencionada, que estas despesas relacionadas aos serviços prestados pelos profissionais em questão serão suportadas exclusivamente pelas patrocinadoras, conforme estratégia adotada por elas. Este reembolso foi reconhecido nas contas de recursos coletados do gestão previdencial.

Notas Explicativas

11 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas relativas ao plano previdenciário do tipo benefício definido, foram constituídas com base nos cálculos atuariais efetuados pela M&S Actualis – Consultoria Atuarial, empresa de atuária independente contratada pela Entidade. O parecer do atuário independente relativo ao exercício de 2016 foi adotado de 16 de janeiro de 2017.

A Entidade recebe do Patrocinador- Líder, Banco Mercantil do Brasil S/A, conforme contrato firmado e datado em 6 de novembro de 2015, parcelas mensais referentes à amortização do equacionamento do déficit do exercício de 2014.

As provisões matemáticas e o déficit técnico equacionado estão demonstrados a seguir:

Provisões matemáticas	2015	Movimentação	2016
Benefícios Concedidos	30.861	1.773	32.634
Benefícios a Conceder	5.968	(5.601)	367
Déficit Equacionado	(10.614)	1.301	(9.313)
Total	26.215	(2.527)	23.688

11.1 Equacionamento de Déficit Técnico

11.1.1 Abaixo estão demonstradas as condições do Termo de Compromisso de Amortização de Déficit do Plano de Benefícios Previdenciário -CAVA pactuadas entre a CAVA e o Patrocinador-Líder, Banco Mercantil do Brasil S/A em 06 de novembro de 2015 referente ao déficit técnico acumulado no exercício de 2014 no valor de R\$ 10.614.

- (1) As parcelas serão mensais e sucessivas no valor inicial de R\$ 108 que serão atualizadas anualmente através de Avaliação Atuarial.
- (2) A amortização do déficit teve início em novembro de 2015 e término em novembro de 2030.

	2015	2016
Saldo do Déficit	10.614	9.313
Prazo de Amortização	15 anos	14 anos
Valores das Parcelas	108	108

Notas Explicativas

11.2 Hipóteses Financeiras:

As principais premissas adotadas nos cálculos atuariais do Plano de Benefício Único foram:

Repartição Simples: Auxílio Natalidade, Educacional, Doença, Funeral.

Capitalização (Idade de Entrada): Auxílio-Aposentadoria

Premissas atuariais	2016	2015
Taxa de Juros	6,17% a.a	5,45% a.a
Projeção do crescimento real de salário	0 (zero)	0 (zero)
Taxa de Mortalidade	CSO- 1958 *	CSO- 1958 *
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Método de Hannza IAPB-57	Método de Hannza IAPB-57
Tábua de Rotatividade	0 (zero)	0 (zero)
Tábua de Sobrevivência	AT – 2000 Male	AT – 2000 Male

(*) Commissioners Standard Ordinary – 1958

12 Equilíbrio Técnico – Resultado do Plano

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrados na conta resultados realizados.

Resultado do plano	2016	2015
Deficit	(5.405)	(3.641)

Considerando as constantes alterações do suplemento de aposentadoria divergente do estabelecido no regulamento do plano por determinação judicial, concomitante com saída de recursos para cumprimento de decisões judiciais inerentes aos processos de natureza previdenciária movidos contra a Entidade por seus participantes e assistidos, a CAVA possui um déficit técnico acumulado de R\$ 5.405 no exercício de 2016.

12.1 Em 17 de dezembro de 2016 foi apresentado pela M&S Actualis – Consultoria Atuarial, responsável técnica do Plano de Benefícios CAVA, estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca do déficit técnico acumulado no exercício de 2015, no valor de R\$ 3.641.

Conforme dispõe a Resolução CNPC nº 22/2015, caso o déficit contábil do Plano ultrapasse o “limite de déficit técnico”, deverá ser elaborado plano de equacionamento até o final do exercício subsequente.

Notas Explicativas

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho Deliberativo da CAVA aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico acumulado no exercício de 2015, sendo que a amortização se dará de forma integral e em parcela única com exclusividade pelo Patrocinador-Líder, Banco Mercantil do Brasil, conforme demonstrado abaixo:

Déficit Técnico Contábil (-) Limite de Déficit Técnico (=) Déficit a ser Equacionado	
	2015
Déficit técnico contábil	3.641
(-) Limite de déficit técnico	(3.178)
Déficit a ser equacionado	463

A amortização da parcela única foi realizada em 7 de março de 2017.

12.2 Ajuste de Precificação

A CAVA não realizou o Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais (NTN-B e NTN-C), no exercício de 2016, conforme dispõe a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014 e conforme Instrução Previc nº 19 de 04 de fevereiro de 2015, por não possuir em sua Carteira de Ativos esta modalidade de Títulos.

Esta instrução tratou dos critérios para definição e divulgação da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico. Este ajuste de precificação sendo positivo ou negativo, deverá ser discriminado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O Ajuste de Precificação dos Ativos corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços (NTN-B e NTN-C) e classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anula na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

13 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, as receitas administrativas são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

Representam as contribuições normais e extraordinárias das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados transferidos da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos e reembolso dos honorários advocatícios cuja ação refere-se a questionamentos acerca do Regulamento do Plano de Benefícios administrado pela Entidade e reembolso efetuado pelas Patrocinadoras para cobertura das despesas do PGA no percentual de 50% (cinquenta por cento) após apurar o valores recebidos descritos acima.

Notas Explicativas

Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial, dos recursos dos investimentos e de reembolsos efetuados pelas patrocinadoras.

Nos exercícios de 2016 e de 2015 as despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com critério de rateio na seguinte proporção: Gestão Previdencial 84% e Gestão de Investimentos 16%.

Descrição	2016	2015
Receitas Administrativas	2.124	1.910
Contribuição normal para Custeio	104	94
Contribuição Patrocinadores (50% Despesas Administrativas)	755	910
Reembolso Despesas Administrativas	524	447
Cobertura Despesas Administrativas – Investimentos	702	419
Outras Receitas	39	40
Despesas Administrativas	2.124	1.910
Pessoal e Encargos	811	727
Treinamentos, Congressos e Seminários	10	9
Viagens e Estádias	8	18
Serviços Terceiros	879	774
Despesas Gerais	192	113
Depreciação e Amortização	8	8
Tributos	157	166
Outras Despesas	59	95

14 Regime Tributário

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, isentou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar de reter na fonte e pagar em separado o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL, sobre ganhos nas aplicações dos recursos garantidores, a partir do exercício de 2005.

PIS e COFINS

A apuração da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Finsocial - COFINS está condizente com o que dispõe a Lei nº. 9.718, de novembro de 1998, e suas alterações.

Estes tributos estão sendo recolhidos com base na receita bruta à alíquota de 0,65% para o PIS e 4,00% para a COFINS.

Notas Explicativas

15 Outras Informações

Atendendo ao disposto nas normas vigentes, apresentamos os seguintes esclarecimentos quanto aos saldos existentes nas rubricas de denominação “Outras” contidas no balancete dessa entidade previdenciária.

Ativo Realizável – Gestão Previdencial – Outros Realizáveis

Está registrado em conta de reembolso valor pago em duplicidade de depósito judicial aguardando apenas o trâmite da justiça do trabalho para a restituição do valor.

Gestão Previdencial – Outras Adições

Estão registradas as atualizações Financeiras dos depósitos judiciais/recursais de processos da entidade.

Gestão Previdencial – Deduções - Outros Benefícios de Prestação Única

Estão registrados os valores pagos a título de auxílio educacional.

Gestão Previdencial – Outras Deduções

Estão registrados os valores devolvidos a participantes de contribuições de Cava Mensalidade e Pecúlio.

Gestão Administração Previdencial – Receitas - Outras

Estão registrados os valores referentes a reembolso de terceiros referente às despesas com Condomínio, IPTU e Energia Elétrica.

Gestão Administração Previdencial – Despesas - Outras

Estão registrados os valores referentes às Comissões de Fiança para garantir em juízo os processos inerentes a reclamações trabalhistas propostas por participantes e assistidos da CAVA.

Gestão Administração dos Investimentos – Despesas - Outras

Estão registrados valores referentes a prestação de serviços de Liquidação e Custódia e Serviços de Terceiros inerentes aos imóveis localizados no Município de Lagoa Santa - MG.

16 Instrumentos Financeiros

Não existem instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 tais como contratos de opções, futuros, swap e empréstimos de ações.

Os Instrumentos Financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 passíveis de comparação com a marcação a mercado, têm valores próximos aos de sua realização, conforme demonstrado na nota 7.

Notas Explicativas

17 Transações entre partes relacionadas

A CAVA mantém contrato, não oneroso, firmado com a Mercantil do Brasil Distribuidora S/A. Títulos e Valores Mobiliários referente a prestação de serviços de administração de carteira de Investimentos.

A CAVA possui investimentos de emissão dos patrocinadores, conforme discriminado abaixo, estritamente de acordo com a legislação em vigor e com sua Política de Investimentos.

	2016	
	Valor	% RGPB (*)
Ações	1.444	23
<u>Companhias Abertas</u>	308	5
<u>Patrocinadoras</u>	1.486	18
Banco Mercantil do Brasil – ON	1.010	16
Banco Mercantil do Brasil – PN	126	2
	2015	
	Valor	% RGPB (*)
Ações	1.623	14
<u>Companhias Abertas</u>	137	1
<u>Patrocinadoras</u>	1.486	13
Banco Mercantil do Brasil – ON	1.360	12
Banco Mercantil do Brasil – PN	126	1

(*) Recursos Garantidores do Plano de Benefícios

18 Consolidação das Demonstrações Contábeis – Ajustes e Eliminações

Em cumprimento à deliberação contida no Anexo A, inciso II, item 6 da Instrução nº 34/2009 e alterações posteriores da PREVIC, determinando que, ao final de cada mês, a Entidade deverá registrar nos planos de benefícios previdenciais a parcela equivalente à participação no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa – PGA, demonstramos a movimentação no exercício de 2016 e 2015.

No ativo	2016	2015
Conta: Participação no PGA		
Saldo	30	30
No passivo	2016	2015
Conta: Participação no PGA		
Saldo	30	30

Leonardo de Mello Simão
Diretor Presidente

Márcio Geraldo Ferreira
Diretor Vice-Presidente

José Geraldo Rodrigues Carneiro
Diretor Administrativo

José Dimas Aleixo
Diretor Financeiro

Julio Cezar Teixeira
Diretor Benefícios

Reinaldo Ribeiro
Contador - CRC- MG nº. 069782/0 -8

AlessanderLuís Brito e Silva
Gerente - CRC- MG nº. 076994/ O/0

Parecer dos Auditores



Parecer dos Auditores Independentes



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
Caixa "Vicente de Araújo" do Grupo
Mercantil do Brasil - CAVA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa "Vicente de Araújo" do Grupo Mercantil do Brasil - CAVA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa "Vicente de Araújo" do Grupo Mercantil do Brasil - CAVA em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

PricewaterhouseCoopers, Rua dos Inconfidentes 911, 17º e 18º, Belo Horizonte, MG, Brasil 30140-128, Caixa Postal 289
T: (31) 3269-1500, F: (31) 3261-6950, www.pwc.com/br

Parecer dos Auditores Independentes



Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo
Mercantil do Brasil - CAVA

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Parecer dos Auditores Independentes



Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo
Mercantil do Brasil - CAVA

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Myrian Buenos Aires Moutinho
Myrian Buenos Aires Moutinho
Contador CRC 1MG070919/O-8

Parecer Atuarial



Avaliação Atuarial Ano-Base 2016

PARECER E CONCLUSÕES

A Entidade apresentava, **em estudos anteriores**, uma situação, sob a ótica financeiro-atuarial, de sucessíveis Superávit Técnico, sendo a mesma solvente e viável, à luz das atuais hipóteses e premissas. Ou seja, os recursos existentes eram maiores do que o compromisso da Entidade, calculado atuarialmente, para com os participantes ativos e assistidos.

No entanto, as alterações da taxa de juros atuarial por força de legislação específica e demandas judiciais, produziram um déficit conjuntural o qual espéra-se que seja revertido.

Elaboramos um plano de amortização do déficit em conformidade com a legislação pertinente e implementado no exercício 2016.

Para a realização do presente estudo, foram fornecidos arquivos magnéticos, contendo dados dos participantes posicionados na data de 30/11/2016. Pela diminuta alteração na massa de ativos e assistidos em relação a posição 31/12/2016, entendemos não haver comprometimento dos resultados demonstrados neste estudo.

Em virtude da inexistência de reajuste salarial de caráter geral no mês de dezembro e dada a diminuta movimentação da massa de participantes nesse período, assumimos a base de dados de 30/11/2016 como posição de 31/12/2016, sendo nosso parecer que as eventuais diferenças, se existentes, não têm impacto significativo nos resultados, nas conclusões obtidas e posições firmadas.

As contribuições projetadas para o corrente ano são:

QUADRO A4 -Fonte de recursos			
Rubrica	Participantes	Patrocinadora	Valor
Contribuições previstas	680.031,00	252.216,42	971.474,00
1-Auxílio Aposentadoria	1.268,00	544,00	1.812,00
2-Auxílios Previdenciários	678.763,00	290.899,00	969.662,00
AuxilioDoença	356.595,17	152.826,50	509.421,67
AuxilioEducativo	121.558,25	52.096,39	173.654,64
AuxilioFuneral	59.514,94	25.506,40	85.021,34
AuxilioNatalidade	34.838,76	14.930,90	49.769,65
AuxilioPecúlio	106.256,28	45.538,41	151.794,69

O quadro acima não contempla as contribuições para amortização do déficit, o qual é determinado em estudo específico conforme contrato acordado entre Entidade e Patrocinadora.

Para as projeções foram utilizados o custo normal corrente, benefício a benefício, a base salarial do ano base e ainda crescimentos de salários, em conformidade com as hipóteses atuariais definidas para o plano de custeio.

Parecer Atuarial



Avaliação Atuarial Ano-Base 2016

As variações das reservas matemáticas se devem por mortalidade, concessão de benefícios, aquisição corrente de direito e reajuste de benefício do INSS/RGPS ou por demanda Judicial.

Com relação à reservas matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos, calculadas a partir dos dados enviados pela Entidade, é nosso entendimento que as mesmas foram avaliadas dentro dos princípios atuariais normalmente aceitos e dentro das bases técnicas recomendadas.

De forma especial, chamamos a atenção para as novas taxas de custeio, a vigorarem a partir de 01 de Abril do corrente ano, calculadas e demonstradas no item 10 da avaliação atuarial.

Em relação aos riscos atuariais, o mais expressivo será as rentabilidades futuras abaixo da meta atuarial, queda da taxa de juros atuarial por determinação da Legislação e reajustes dos benefícios por parte do RGPS.

Há alteração de benefícios por demandas judiciais com transitado em jugado na data-base. Tais arbitrariedades judiciais vem gerando a constituição de reservas, ferindo o princípio do equilíbrio atuarial no que tange as contribuições passadas. Este cenário ainda persiste com processos em trâmite, os quais poderão gerar elevação das reservas e por consequência aumento do déficit atuarial.

Finalmente, reiteramos que a alteração de qualquer parâmetro na concessão de benefícios ou no reajuste dos mesmos, por parte da Diretoria, requer prévio estudo atuarial, como meio de se averiguar o impacto da alteração desejada no Plano de Benefícios. A inobservância deste princípio pode vir a afetar seriamente a Entidade, na medida em que a mesma poderá assumir compromissos com os participantes para os quais não exista fonte de custeio prevista e/ou não haja recursos disponíveis.

Cumpre-nos observar que nesta avaliação não foram refletidos os impactos das ações judiciais porventura existentes, relativas a questões trabalhistas ou relativas ao nível dos benefícios já pagos ou a pagar, ou que possam vir a ser ajuizadas contra a Entidade.

Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2017.

Melo & Soares Actualis Consultoria Atuarial Ltda
CIBA 71 - CNPJ 04.549.368/0001-64
Marcílio Nascimento Soares, MIBA Atuário
Reg. IBA 1656



Atas

Ata do Conselho Deliberativo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA
CAIXA “VICENTE DE ARAÚJO” DO GRUPO MERCANTIL DO BRASIL - CAVA
Certidão de Ata

1 – LOCAL, DATA E HORA: Sede Social do Banco Mercantil do Brasil S/A, na Rua Rio de Janeiro, 654/658 – 5º. Andar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, 21 de março de 2017, às 09:30 hs.

2 – PRESENCAS: TOTALIDADE DOS CONSELHEIROS EFETIVOS

3 – DELIBERAÇÕES: Após exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, composta pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio social Consolidado, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefício, Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício e Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefício, Notas Explicativas, bem como da Ata da Diretoria Executiva em reunião do 20 de març o de 2017, na qual aprova as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, este Conselho Deliberativo aprova,   unanimidade e sem restrições, as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2016 e as contas da administração, destacando, ainda, que as Demonstrações Financeiras foram devidamente auditadas pelos auditores da PriceWaterHouseCoopers, conforme Parecer favorável e sem ressalvas emitido pela citada auditoria independente e, também, conforme Parecer favorável do Conselho Fiscal da Entidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual, para constar e fins de direito, lavrou-se a presente ata; que após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

Belo Horizonte, 21 de març o de 2017.

Athaide Vieira dos Santos
Presidente

Márcio Lopes Costa
Conselheiro

Luiz Carlos de Araújo
Vice-Presidente

Marília da Conceição Campolina Cardoso
Conselheira

Valer L cio de Oliveira
Secretário

 ngela Mourão Cançado Juste
Conselheira

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO

Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil - Cava
Rua Espírito Santo, 616 – 11 . Andar – Centro – Belo Horizonte/MG

Ata do Conselho Fiscal

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
CAIXA “VICENTE DE ARAÚJO” DO GRUPO MERCANTIL DO BRASIL - CAVA
Certidão de Ata

1 – LOCAL, DATA E HORA: Sede Social da Entidade, na Rua Espírito Santo, 616 – 11º. Andar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, 22 de março de 2016, às 09:00 hs.

2 – PRESENCAS: TOTALIDADE DOS CONSELHEIROS EFETIVOS

3 – FINALIDADE: Análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 – DELIBERAÇÕES: Após analisar minuciosamente as Demonstrações Financeiras composta pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio social Consolidado, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefício, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício e Notas Explicativas Financeiras, bem como o Parecer da Auditoria Independente emitido, sem ressalvas, pela PriceWaterHouseCoopers, o Conselho Fiscal da CAVA , por unanimidade, delibera consignar Parecer favorável, uma vez que foram obedecidas as prescrições legais e estatutárias que disciplina a matéria.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual, para constar e fins de direito, lavrou-se a presente ata; que após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

Belo Horizonte, 22 de març o de 2017.

Cristiano Tarabal Simão
Presidente

Lauro Wilson da Silva
Conselheiro

Guilherme Diniz Duarte
Conselheiro

Guilherme Henrique Lopes Gonç lves
Conselheiro

Ant nio Roberto Fontana
Conselheiro

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO

Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil - Cava
Rua Espírito Santo, 616 – 11º. Andar – Centro – Belo Horizonte/MG



Política de Investimentos

Política de Investimentos Plano Cava

1. INTRODUÇÃO

A CAIXA VICENTE DE ARAUJO DO GRUPO MERCANTIL DO BRASIL - CAVA, apresenta, nesse documento, um resumo das diretrizes que nortearão a gestão dos recursos do Plano de Gestão no ano de 2015, que foram determinadas em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e CMN nº 4.275, 31 de outubro de 2013 e suas alterações subsequentes, que estabelecem as diretrizes de aplicação dos recursos dos planos administrados pelas EFPC.

O objetivo desse resumo é de apontar os principais critérios a serem observados pelos administradores do plano no que diz respeito a: meta de rentabilidade, ao responsável perante o órgão fiscalizador, controle de riscos, alocação dos recursos e restrições de operações.

Enfim, serão demonstradas as macro diretrizes que deverão balizar a conduta dos gestores na busca pela preservação do equilíbrio e solvência do plano. Contudo, cabe informar que o documento, na íntegra, encontra-se à disposição dos participantes na entidade e poderá ser solicitado a qualquer momento.

2. INFORMAÇÕES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Nos quadros a seguir estão as informações referentes à Política de Investimentos e os comentários necessários para facilitar o entendimento dos participantes.

2.1. Taxa mínima atuarial / Índice de referência

A meta atuarial do Plano CAVA, ou seja, o objetivo de rentabilidade para o conjunto dos investimentos será, no mínimo, a variação do IPCA acumulada com juros de 5,45% ao ano. Esse objetivo de rentabilidade foi determinado pelo atuário responsável pelo plano, como uma das premissas necessárias para o pagamento dos benefícios futuros.

Período de referência	Indexador	Taxa de juros
01/2016 a 12/2016	IPCA	5,45%

2.2. Documentação / Responsável - AETQ

Na Ata do Conselho Deliberativo, referente à reunião do dia 29/12/2015 foi registrada a aprovação da política de investimentos.

Conforme previsto no §5º do Art. 35 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, e no Art. 7 da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a entidade deve apontar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) para o plano ou um para cada segmento de aplicação.

Na CAVA a responsabilidade do AETQ foi atribuída ao Diretor Financeiro, conforme quadro abaixo.

Política de Investimentos Plano Cava

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano CAVA	José Dimas Aleixo	277.320.456-53	Diretor Financeiro

2.3 Controle de Riscos

O Risco de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Legal e Operacional são identificados, avaliados e monitorados pela Gerência e pela área Financeira da entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos ciclos operacionais.

2.4 Alocação dos recursos

O objetivo de alocação dos Recursos do plano para o ano de 2016, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792, está discriminado nos percentuais da coluna "Alvo".

Período de referência: 01/2016 a 12/2016			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	50,0%	100,0%	64,23%
Renda Variável	0,0%	35,0%	19,95%
Imóveis	1,0%	8,0%	8,0%
Empréstimos e Financiamentos	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos estruturados	0,0%	10,0%	7,82%
Investimentos no exterior	0,0%	5,0%	0,0%

2.5 Derivativos

É permitida utilização de derivativos no período de 01/2016 a 12/2016
Sim

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano CAVA nas aplicações realizadas em carteira própria, sendo permitidas apenas para operações feitas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração da CAVA aproveita a oportunidade para firmar junto aos participantes o compromisso de despender o máximo esforço no sentido de proporcionar ao plano o melhor retorno associado aos riscos mais adequados, tendo sempre como premissa uma conduta ética e proba, com foco na garantia do pagamento de benefícios futuros.

Paralelamente a isso, a entidade se coloca à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2015.

Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. INTRODUÇÃO

A CAIXA VICENTE DE ARAUJO DO GRUPO MERCANTIL DO BRASIL - CAVA, apresenta, nesse documento, um resumo das diretrizes que nortearão a gestão dos recursos do Plano de Gestão no ano de 2015, que foram determinadas em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN – nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e CMN nº 4.275, 31 de outubro de 2013 e suas alterações subsequentes, que estabelecem as diretrizes de aplicação dos recursos dos planos administrados pelas EFPC.

O objetivo desse resumo é de apontar os principais critérios a serem observados pelos administradores do plano no que diz respeito a: meta de rentabilidade, o responsável perante o órgão fiscalizador, controle de riscos, alocação dos recursos e restrições de operações.

Enfim, serão demonstradas as macro diretrizes que deverão balizar a conduta dos gestores na busca pela preservação da liquidez e rentabilidade do plano. Contudo, cabe informar que o documento, na íntegra, encontra-se à disposição dos participantes na entidade e poderá ser solicitado a qualquer momento.

2. INFORMAÇÕES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Nos quadros a seguir estão as informações referentes à Política de Investimentos e os comentários necessários para facilitar o entendimento dos participantes.

2.1. Meta de retorno

A meta de retorno do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, o objetivo de rentabilidade para os investimentos será, no mínimo, a variação do CDI.

Período de referência	Indexador
01/2016 a 12/2016	CDI

2.2. Documentação / Responsável - AETQ

Na Ata do Conselho Deliberativo, referente à reunião do dia 29/12/2015, foi registrada a aprovação da política de investimentos.

Conforme previsto no §5º do Art. 35 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, e no Art. 7 da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a entidade deve apontar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) para o plano ou um para cada segmento de aplicação.

Na CAVA a responsabilidade do AETQ foi atribuída ao Diretor Financeiro, conforme quadro abaixo.

Política de Investimentos - PGA

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano CAVA	José Dimas Aleixo	277.320.456-53	Diretor Financeiro

2.3. Controle de Riscos

O Risco de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Legal e Operacional são identificados, avaliados e monitorados pela Gerência e pela área Financeira da entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos ciclos operacionais.

2.4. Alocação dos recursos

O objetivo de alocação dos Recursos do plano para o ano de 2013, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792 e Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/2013, está discriminado nos percentuais da coluna "Alvo".

Período de referência: 01/2015 a 12/2015			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	0,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Imóveis	0,0%	0,0%	0,0%
Operações com participantes	VEDADO		
Investimentos estruturados	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	0,0%

2.5. Derivativos

É permitida utilização de derivativos no período de 01/2016 a 12/2016
Sim

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano de Gestão Administrativa nas aplicações realizadas em carteira própria, sendo permitidas apenas para operações feitas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração da CAVA aproveita a oportunidade para firmar o compromisso de despender o máximo esforço no sentido de proporcionar ao plano o melhor retorno associado aos riscos mais adequados, tendo sempre como premissa uma conduta ética e proba. Paralelamente a isso, a entidade se coloca à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2015.

Enquadramento dos Recursos do Plano Cava

Dezembro 2016

Descrição	Recursos do Plano	Percentual S/ Segmento	Perc. Sobre Rec. do Plano	Limite Legal	Alvo Política Investimentos
RECURSOS DO PLANO CAVA DE BENEFÍCIOS	6.663.373,99		99,98%		
RENDA FIXA	1.526.269,98	100,00%	22,90%	100,00%	80,00%
ATIVOS DE BAIXO RISCO	1.526.269,98	100,00%	22,90%	100,00%	
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.526.269,98	100,00%	22,90%	100,00%	
Títulos Públicos Federais	1.526.269,98	100,00%	22,90%		
LFT	1.526.269,98	100,00%	22,90%		
TOTAL DE TÍTULOS PRIVADOS				80,00%	50,00%
Títulos Emitidos pela Patrocinadora					
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras					
Títulos Emitidos por Instituições Não Financeiras					
ATIVOS DE MÉDIO / ALTO RISCO					10,00%
TOTAL DE TÍTULOS PRIVADOS					
Títulos Emitidos pela Patrocinadora					
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras					
Títulos Emitidos por Instituições Não Financeiras					
RENDA VARIÁVEL	1.882.198,65	99,00%	28,24%	70,00%	20,00%
AÇÕES - LISTAGEM DE MERCADO	71.280,00	3,78%	1,06%		
Ações do Novo Mercado da BM&FBovespa					
Ações do Nível 1 da BM&FBovespa	71.280,00	3,78%	1,06%	45,00%	
Vale	46.680,00	2,48%	0,70%		
Usiminas	24.600,00	1,30%	0,36%		
Ações do Nível 2 da BM&FBovespa					
OUTRAS AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.810.918,65	96,21%	27,17%	35,00%	
Fundos de Investimentos de Ações	437.820,27	23,26%	6,57%	35,00%	
DLM BrasilTech	437.820,27	23,26%	6,57%		
Ações fora dos incisos de I a IV do art. 36	1.373.098,38	72,95%	20,60%	35,00%	
BMEB3	1.010.162,40	53,66%	15,15%		
BMEB4	125.700,00	6,67%	1,88%		
PETROBRAS - PN	237.235,98	12,60%	3,56%		
RECURSOS A RECEBER (Juros s/ Capital Próprio e/ou Dividendos)					
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		100,00%		10,00%	10,00%
Fundos de Investimentos FIM		100,00%			
IMÓVEIS	2.960.318,16	100,00%	44,42%	8,00%	7,00%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.960.318,16	100,00%	44,42%		
USO PRÓPRIO - Espírito Santo, 616	2.296.993,75	77,59%	34,47%		
Imóveis para Aluguel e Renda	2.296.993,75	77,59%	34,47%		
LOCADOS A TERCEIROS	663.324,41	22,40%	9,95%		
Recanto da Lagoa - unidade 106	270.873,07	9,15%	4,06%		
Recanto da Lagoa - unidade 204	392.451,34	13,25%	5,88%		
DISPONÍVEL	294.587,20	99,96%	4,42%		
CAIXA - BANCOS - OUTROS	293.587,20	99,96%	4,40%		
Banco Mercantil do Brasil - Matriz - Previdencial	192.390,12	65,30%	2,88%		
Banco Mercantil do Brasil - Matriz - PGA	98.385,69	33,39%	1,47%		
Banco Mercantil do Brasil - M.Market - Previdencial	2.167,99	0,73%	0,03%		
Banco Mercantil do Brasil - M.Market - PGA	643,40	0,21%			
FUNDO FIXO	1.000,00	0,33%	0,01%		
PASSIVO DOS INVESTIMENTOS		100,00%			
Passivo		100,00%			
Investimentos		100,00%			

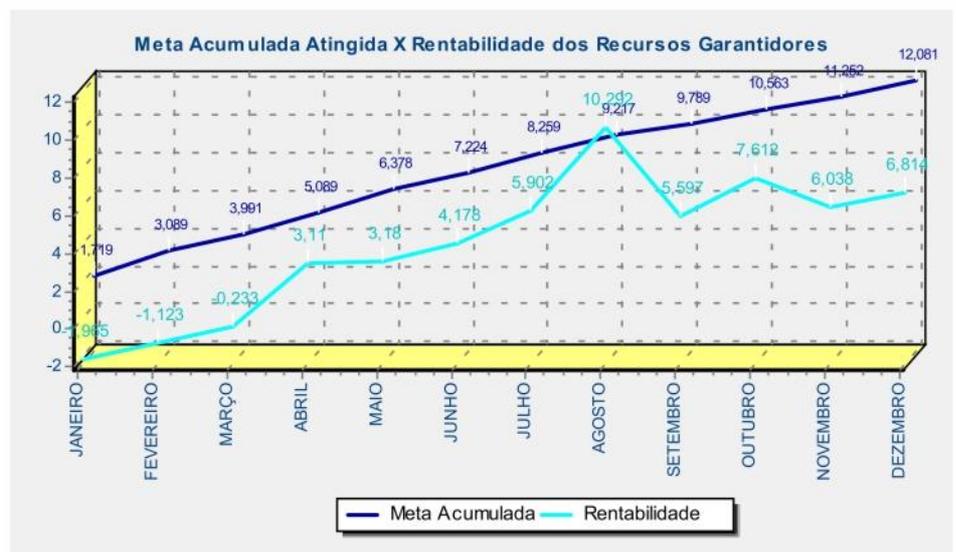
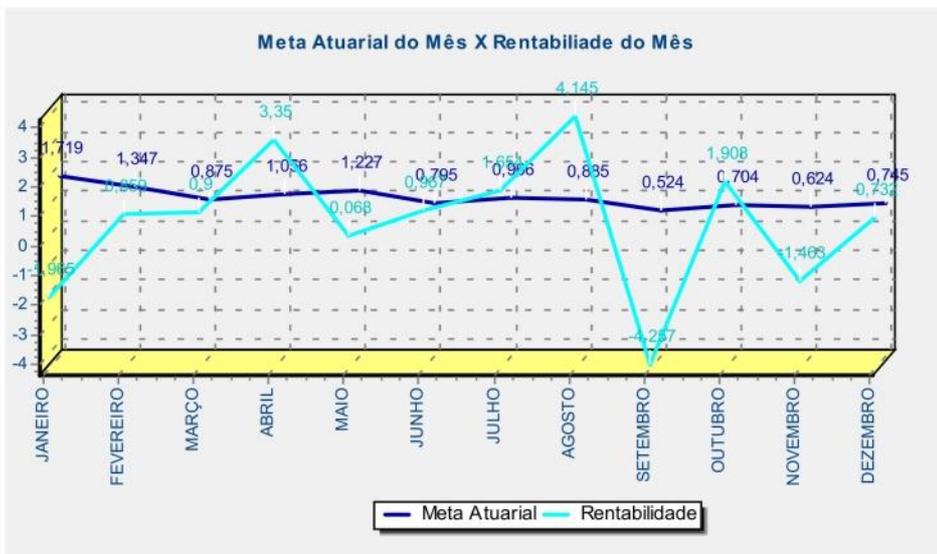
Demonstração da Meta Atuarial 2016

5. Metas Atuariais

Para melhor visualização do cumprimento das metas atuariais segue abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DA META ATUARIAL MÊS 12 DE 2016										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Mês	IPCA	Juros	Meta Atuarial	Rentabilidade Rec. Garantidores	Rentabilidade Mensal do Plano	Meta Atuarial Acumulada	Rentab. Recursos Garantidores Acm	Rentabilidade Plano Acumulada	Dif. Rentab. Rec. Gar e Meta Atuarial	Dif. Rentab. Plano e Meta Atuarial
JANEIRO	1,27%	0,44	1,72%	-1,96%	-1,01%	1,72%	-1,96%	-1,01%	-3,62%	-2,68%
FEVEREIRO	0,90%	0,44	1,35%	0,86%	-2,25%	3,09%	-1,12%	-3,23%	-4,09%	-6,13%
MARÇO	0,43%	0,44	0,88%	0,90%	0,60%	3,99%	-0,23%	-2,65%	-4,06%	-6,39%
ABRIL	0,61%	0,44	1,06%	3,35%	1,04%	5,09%	3,11%	-1,64%	-1,88%	-6,40%
MAIO	0,78%	0,44	1,23%	0,07%	-0,30%	6,38%	3,18%	-1,93%	-3,01%	-7,81%
JUNHO	0,35%	0,44	0,79%	0,97%	-3,49%	7,22%	4,18%	-5,35%	-2,84%	-11,73%
JULHO	0,52%	0,44	0,97%	1,65%	0,76%	8,26%	5,90%	-4,64%	-2,18%	-11,91%
AGOSTO	0,44%	0,44	0,89%	4,15%	1,65%	9,22%	10,29%	-3,06%	0,98%	-11,24%
SETEMBRO	0,08%	0,44	0,52%	-4,26%	-1,83%	9,79%	5,60%	-4,84%	-3,82%	-13,32%
OUTUBRO	0,26%	0,44	0,70%	1,91%	0,71%	10,56%	7,61%	-4,16%	-2,67%	-13,32%
NOVEMBRO	0,18%	0,44	0,62%	-1,46%	-0,94%	11,25%	6,04%	-5,06%	-4,69%	-14,66%
DEZEMBRO	0,30%	0,44	0,74%	0,73%	0,06%	12,08%	6,81%	-5,00%	-4,70%	-15,24%



Posição Geral das Rentabilidades Plano Cava 2016

POSIÇÃO GERAL DAS RENTABILIDADES - PLANO CAVA MÊS 12 DE 2016

Resumo das Rentabilidades

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACM
00 - Meta Atuarial	1,719%	1,347%	0,875%	1,056%	1,227%	0,795%	0,966%	0,885%	0,524%	0,704%	0,624%	0,745%	12,081%
01 - Rentabilidade dos Investimentos Imobiliários	0,000%	0,160%	0,171%	0,212%	0,289%	0,033%	0,389%	0,211%	0,033%	0,391%	0,213%	0,213%	2,339%
02 - Rentabilidade dos Investimentos em Renda Fixa	1,093%	1,052%	1,191%	1,061%	1,122%	1,180%	1,114%	1,207%	1,080%	1,037%	1,025%	1,089%	14,085%
03 - Rentabilidade dos Investimentos em Renda Variável	-14,357%	1,654%	1,603%	14,526%	-2,444%	2,072%	4,467%	14,255%	-16,238%	5,433%	-6,621%	1,231%	0,514%
04 - Rentabilidade dos Inv. Estruturados	0,801%	0,573%	0,404%	1,161%	0,700%	1,061%	0,716%						5,541%
05 - Rentabilidade dos Ativos de Baixo Risco	1,093%	1,052%	1,191%	1,061%	1,122%	1,180%	1,114%	1,207%	1,080%	1,037%	1,025%	1,089%	14,085%
06 - Rentabilidade dos Ativos de Médio/Alto Risco	-11,526%	1,425%	1,348%	11,688%	-1,831%	1,917%	4,258%	14,255%	-16,238%	5,433%	-6,621%	1,231%	1,057%
07 - Rentabilidade - Recursos Garantidores	-1,965%	0,859%	0,900%	3,350%	0,068%	0,967%	1,654%	4,145%	-4,257%	1,908%	-1,463%	0,732%	6,814%
08 - Rentabilidade do Plano - TIR	-1,965%	0,859%	0,900%	3,350%	0,068%	0,967%	1,654%	4,145%	-4,257%	1,908%	-1,463%	0,732%	6,814%
09 - Rentabilidade do Plano - Variação da Cota	-1,011%	-2,246%	0,604%	1,039%	-0,297%	-3,491%	0,759%	1,654%	-1,835%	0,711%	-0,941%	0,064%	-5,002%
10 - Diferença da Rentabilidade do Plano	0,973%	-3,079%	-0,293%	-2,236%	-0,365%	-4,416%	-0,881%	-2,392%	2,530%	-1,175%	0,529%	-0,663%	-11,062%

Gestão Administrativa

As despesas com administração da CAVA é segregada entre Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos. Essa segregação é efetuada através de sistema de alocação direta por a Entidade administrar apenas 01 (um) Plano de Benefícios.

DESCRIÇÃO	2016		2015
	Média Mensal	TOTAL R\$	TOTAL R\$
TOTAL DESPESAS	176.917,93	2.123.015,17	1.907.610,00
Administração Previdencial	154.675,99	1.856.111,88	1.652.246,71
Despesas Específicas	154.675,99	1.856.111,88	1.652.246,71
Pessoal e Encargos	56.751,89	681.022,71	611.048,51
Treinamentos/Congressos e Seminários	671,58	8.058,99	7.186,65
Viagens e Estadias	602,34	7.228,09	14.683,81
Não reembolsável	383,59	4.603,13	7.964,65
Reembolsável	218,75	2.624,96	6.719,16
Serviços de Terceiros	67.167,13	806.005,54	709.402,91
Consultoria Atuarial	10.769,16	129.229,96	109.100,08
Consultoria Contábil	1.280,72	15.368,64	16.878,96
Consultoria Jurídica	44.474,30	533.691,60	458.071,20
Não reembolsável	848,25	10.179,00	36.598,68
Reembolsável	43.626,05	523.512,60	421.472,52
Recursos Humanos	130,75	1.569,02	1.422,45
Informática	2.472,09	29.665,11	2.123,40
Auditoria Contábil	4.181,17	50.174,04	46.021,77
Outras	3.858,93	46.307,17	75.785,05
Despesas Gerais	13.010,77	156.129,18	80.377,97
Depreciações e Amortizações	695,88	8.350,58	8.122,65
Tributos	11.009,95	132.119,39	130.246,10
Outras Despesas	4.766,45	57.197,40	91.178,11
Administração dos Investimentos	22.241,94	266.903,29	255.363,29
Despesas Específicas	22.241,94	266.903,29	255.363,29
Pessoal e Encargos	10.809,89	129.718,62	116.341,63
Treinamentos/Congressos e Seminários	127,92	1.535,05	1.368,89
Viagens e Estadias	114,73	1.376,77	2.796,92
Não reembolsável	114,73	1.376,77	2.796,92
Reembolsável	-	-	-
Serviços de Terceiros	6.095,07	73.140,78	65.415,34
Consultoria Atuarial	-	-	-
Consultoria Contábil	243,95	2.927,36	3.215,04
Consultoria Jurídica	-	-	-
Não reembolsável	-	-	-
Reembolsável	-	-	-
Recursos Humanos	24,91	298,86	270,97
Informática	470,87	5.650,49	404,40
Auditoria Contábil	796,41	9.556,96	8.766,05
Outras	4.558,93	54.707,11	52.758,88
Despesas Gerais	3.009,51	36.114,09	33.138,91
Tributos Federais	2.084,83	25.017,98	36.301,60

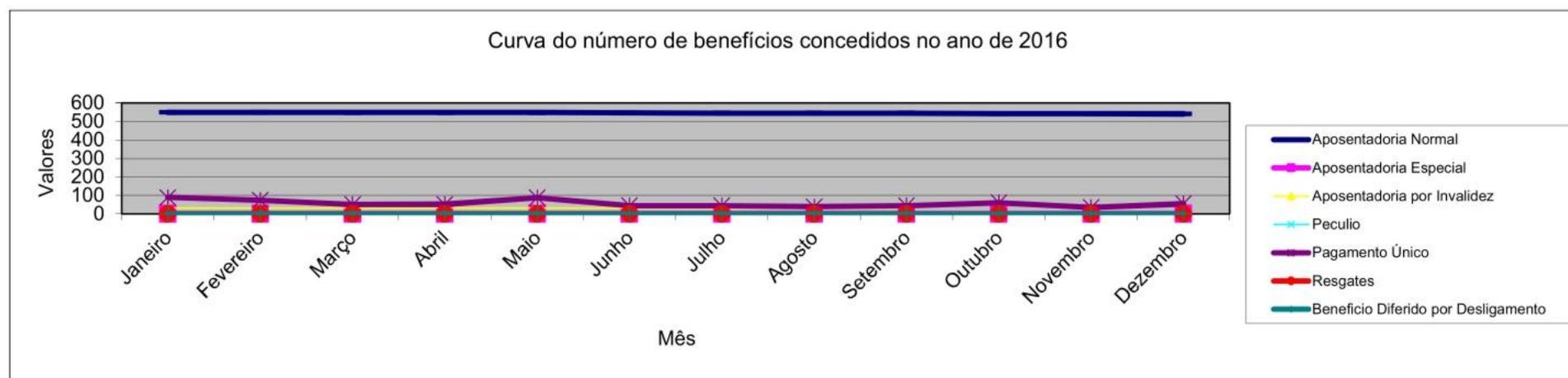
O plano da Cava é estruturado na modalidade de benefício definido (BD) e é multipatrocinado. O custeio do plano é composto por contribuições de participantes ativos e dos patrocinadores, na proporção de 70% e 30% respectivamente, e contribuição do participante autopatrocinado que é equivalente à contribuição do participante ativo acrescida do valor devido pelos patrocinadores.

O artigo 18 da Lei Complementar nº 109/2001 prevê que o plano de custeio estabelecerá, com periodicidade mínima anual, o nível de contribuição necessária à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e a cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

BENEFICIOS CONCEDIDOS

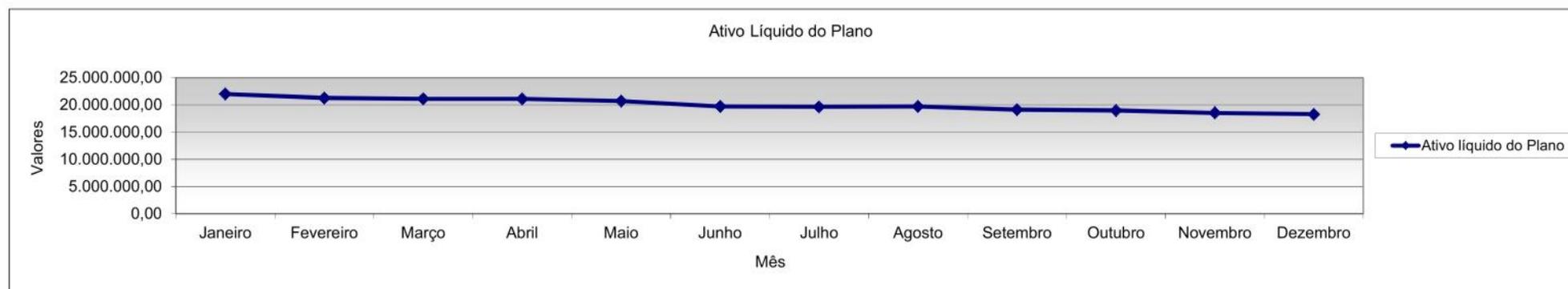
Demonstrativo de benefícios concedidos acumulados do ano.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Aposentadoria Normal	549	549	548	548	548	546	545	545	545	543	543	541	
Aposentadoria Especial	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Aposentadoria por Invalidez	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	
Peculio	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	11
Pagamento Único	89	74	51	52	88	45	44	39	45	60	35	55	677
Resgates	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefício Diferido por Desligamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	673	658	634	635	671	626	623	619	625	638	613	631	688



ATIVO LÍQUIDO DO PLANO / RESERVAS MATEMÁTICAS - 2016

Contas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Ativo líquido do Plano	22.000.313,03	21.258.750,95	21.100.785,52	21.081.874,01	20.703.974,40	19.707.466,25	19.629.010,79	19.698.580,63	19.121.141,19	18.970.870,16	18.532.653,40	18.269.148,73
Ativo total	34.379.043,15	34.233.372,49	34.124.109,84	34.147.656,56	33.857.915,64	33.670.782,94	33.610.791,02	33.708.569,93	33.173.897,27	33.052.921,49	32.409.145,66	32.176.524,02
Reservas Matemáticas	36.827.922,27	36.827.922,27	38.867.505,58	36.862.109,13	36.862.109,13	30.514.298,74	30.514.298,74	30.514.298,74	34.725.984,19	34.725.984,19	34.725.984,19	33.002.155,11
Benefícios Concedidos	30.861.028,59	30.861.028,59	32.802.169,76	30.295.527,83	30.295.527,83	30.091.735,18	30.091.735,18	30.091.735,18	34.341.282,35	34.341.282,35	34.341.282,35	32.634.305,01
Benefícios a Conceder	5.966.893,68	5.966.893,68	6.065.335,82	6.566.581,30	6.566.581,30	422.563,56	422.563,56	422.563,56	384.701,84	384.701,84	384.701,84	367.850,10
Contribuição definida (saldo de contas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefício Definido (Benef. Conceder)	5.969.221,38	5.969.221,38	6.066.810,02	6.568.590,06	6.568.590,06	423.049,22	423.049,22	423.049,22	385.119,04	385.119,04	385.119,04	368.005,41
(-) Outras contribuições da geração atual	2.327,70	2.327,70	1.474,20	2.008,76	2.008,76	485,66	485,66	485,66	417,20	417,20	417,20	155,31
Provisão Matemática a Constituir	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33
Deficit Equacionado	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33	10.614.148,33
Exigível operacional	36.230,25	62.624,14	90.477,39	116.615,24	143.490,66	161.597,83	200.409,24	227.219,88	253.142,45	282.416,12	9.450,15	9.442,40
Exigível contingencial	12.310.990,42	12.880.487,95	12.901.337,48	12.917.657,86	12.978.941,13	13.770.209,41	13.749.861,54	13.751.259,97	13.768.104,18	13.768.125,76	13.835.532,66	13.866.423,44
Fundos	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45	31.509,45
(-) Deficit Técnico Acumulado	-4.213.460,91	-4.955.022,99	-7.152.571,73	-5.166.086,79	-5.543.986,40	-192.684,16	-271.139,62	-201.569,78	-4.990.694,67	-5.140.965,70	-5.579.182,46	-4.118.858,05
Reserva Para Revisão do Plano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





CAVA

Caixa "Vicente de Araújo"
do Grupo Mercantil do Brasil - CAVA